

ESTUDO Nº 15/2025

Estimativa do resultado primário de Abril de 2025 e números do primeiro quadrimestre

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
Núcleo de Economia e Assuntos Fiscais¹

1.Consultores: Hélio Henrique Diógenes Rêgo e Márcia Rodrigues Moura

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

1. ESTIMATIVA DO RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL EM ABRIL DE 2025

A partir de dados extraídos do SIAFI, estima-se que o resultado primário do governo central no mês de abril de 2025 foi superavitário em R\$ 15,9 bilhões. O número decorre de receitas líquidas de R\$ 210,5 bilhões, ante de despesas de R\$ 194,5 bilhões¹.

Em relação ao mês de abril de 2024, a receita total cresceu 10% em termos nominais: a arrecadação perfez R\$ 250,9 bilhões no último mês, enquanto foram auferidos R\$ 228,2 bilhões em abril do ano anterior. As receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) cresceram 9,1% em termos nominais (R\$ 164,2 bilhões em abr/25 contra R\$ 150,5 bilhões em abr/2024). A arrecadação líquida da Previdência aumentou 7,9%, de R\$ 50,5 bilhões para R\$ 54,5 bilhões. Receitas não administradas pela RFB cresceram significativamente: saíram de R\$ 27,2 bilhões em abril de 2024 para R\$ 32,2 bilhões no mês passado, isto é, alta de 18,6%. Os principais destaques na arrecadação mensal foram os tributos sobre lucros (+16%) e importação (+24,7%) na receita administrada e os dividendos (+393%) e royalties de petróleo (+23,4%) na receita não administrada.

A despesa total cresceu nominalmente 7,9% em relação a abril do último ano: os pagamentos efetivos alcançaram o montante de R\$ 194,5 bilhões em abril/2025, enquanto em 2024 o gasto do mês atingiu R\$ 180,2 bilhões. As principais variações dentro do grupo das despesas obrigatórias foram nos benefícios de prestação continuada (BPC) que se elevaram em 16%, alcançando R\$ 10,7 bilhões e nos benefícios previdenciários que cresceram 8%, chegando a R\$ 87,2 bilhões. No mês de abril iniciou-se o pagamento do décimo terceiro salário da previdência. As despesas discricionárias, por sua vez, cresceram 13,3% com a retomada do cronograma de execução de despesas discricionárias após sanção da lei orçamentária em 10 de abril.

¹ Consultar Apêndice I para tabela com detalhamento.

2. NÚMEROS DO 1º QUADRIMESTRE: PROJEÇÕES X REALIZADO²

A arrecadação das receitas administradas pela RFB no primeiro quadrimestre foi R\$ 21,3 bilhões inferior às projeções na proposta orçamentária para 2025. Embora os números do Imposto sobre a Importação e do Imposto de Renda tenham superado as previsões em R\$ 12,3 bilhões, conjuntamente, tais excessos foram mais do que compensados por frustrações na Cofins, no PIS/Pasep, na CSLL e nas outras receitas administradas, que totalizaram R\$ 33,7 bilhões a menor, em relação ao estimado no PLOA 2025. As outras administradas, em particular, respondem por 18,4 bilhões da frustração total (foram arrecadados R\$ 15,3 bilhões, ante R\$ 33,7 bilhões previstos para o período, ou seja, menos da metade do previsto), indicando que a projeção anualizada trazida pelo PLOA para esse conjunto de receitas (R\$ 108,8 bilhões) – e, por conseguinte, para o total das receitas a arrecadar – deve ser objeto de ajuste relevante nos relatórios bimestrais de avaliação a serem elaborados ao longo do exercício³.

Arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, por sua vez, foi R\$ 2,3 bilhões maior do que o previsto no PLOA 2025.

Pelo lado da despesa, os benefícios previdenciários superaram as previsões para o quadrimestre em R\$ 15 bilhões (R\$ 315,2 bilhões pagos, R\$ 300,1 bilhões previstos) – influenciado pelo início do pagamento do décimo terceiro salário em abril, ao passo que no PLOA esperava-se primeiro pagamento apenas em maio.

No quadrimestre, o resultado primário acumulado em 2025 deve alcançar superávit de R\$ 70,5 bilhões, frente a R\$ 31,8 bilhões no exercício anterior, com crescimento nominal de 8,3% na receita líquida e de apenas 3,1%

² Ver Apêndice II para números apresentados nesta seção.

³ A propósito, esta Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) vem sublinhando este ponto desde a apresentação do PLOA, em agosto do ano passado. Com efeito, a proposta orçamentária para 2025 incorporou à previsão de arrecadação das outras receitas administradas R\$ 58,5 bilhões em receitas extraordinárias, oriundas de diversas fontes, cuja realização é bastante incerta. Tais receitas, aliás, experimentaram frustração não desprezível em 2024: no PLOA 2024 as outras administradas foram estimadas em R\$ 86,6 bilhões, ao passo que a arrecadação efetiva alcançou R\$ 33,7 bilhões ao final do exercício, em razão de frustrações na arrecadação extraordinária esperada.

nas despesas. Diferentemente de 2025, em 2024 houve pagamento expressivo de precatórios no primeiro quadrimestre.

3. PROJEÇÃO PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL EM 2025

Nesse contexto, as projeções atualizadas⁴ da Conof, indicam, no cenário-base, despesas primárias ligeiramente inferiores (R\$ 2.381,5 bilhões), em relação aos números constantes do PLOA 2025, e número mais conservador para receitas líquidas (R\$ 2.320,1 bilhões). De tais estimativas resulta, assim, um resultado primário deficitário em 2025 de aproximadamente R\$ 61,4 bilhões, ou 0,5% do PIB.

As projeções em comento não incorporam, por conservadorismo, efeitos de novas medidas extraordinárias de arrecadação, de receitas condicionadas, ou de revisão de gasto previstas no PLOA 2025 reputadas como pouco prováveis⁵. A concretização de tais medidas tende a melhorar o resultado projetado para o exercício.

⁴ Já considerando os dados preliminares de execução do mês de abril/2025.

⁵ Para maiores detalhes, ver Apêndice 1 ao Estudo Técnico nº 04/2025.

APÊNDICE I – RESULTADO PRIMÁRIO - ABRIL/2025 – DADOS PRELIMINARES

R\$ milhões

	abr/24	abr/25
1. RECEITA TOTAL	228.150,5	250.927,7
1.1 - Receita Administrada pela RFB	150.500,5	164.216,5
1.1.1 Imposto sobre a Importação	5.831,4	7.271,6
1.1.2 IPI	6.018,3	6.942,8
1.1.3 Imposto sobre a Renda	72.075,8	80.906,4
1.1.4 IOF	5.449,2	5.989,9
1.1.5 Cofins	32.489,1	30.228,3
1.1.6 PIS/Pasep	8.775,5	8.681,4
1.1.7 CSLL	17.633,8	20.453,5
1.1.9 CIDE - Combustíveis	243,3	182,1
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	1.984,2	3.560,3
1.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS	50.475,4	54.469,9
1.3 - Receitas Não Administradas pela RFB	27.174,6	32.241,3
1.3.1 Concessões e Permissões	481,3	221,3
1.3.2 Dividendos e Participações	521,3	2.574,3
1.3.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.419,7	1.608,5
1.3.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	15.256,8	18.823,4
1.3.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	2.168,7	1.774,3
1.3.6 Contribuição do Salário Educação	2.544,5	2.767,2
1.3.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-
1.3.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4.782,3	4.472,3
2. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	36.369,5	40.461,6
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	191.781,0	210.466,1
4. DESPESA TOTAL	180.196,2	194.472,9
4.1 Benefícios Previdenciários	80.743,1	87.204,8
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	28.642,7	29.478,1
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	27.832,8	30.676,3
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	9.732,8	9.740,1
4.3.2 Anistiados	14,0	17,5
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	-	0,0
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	65,2	69,4
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9.218,8	10.692,5
4.3.5 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	134,2	262,8
4.3.8 FUNDEB (Complem. União)	3.562,7	4.615,7
4.3.9 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	336,4	551,4
4.3.10 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.649,0	1.545,2
4.3.11 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	332,2	332,1
4.3.12 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	511,1	682,8
4.3.13 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.933,2	2.044,6
4.3.14 Transferências ANA/ANEEL	208,3	122,2
4.3.15 Impacto Primário do Fies	108,1	
4.3.16 Fabricação de cédulas e moedas e impacto primário FIES	26,8	
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	42.977,5	47.113,8
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	29.557,7	31.906,6
4.4.2 Despesas Discricionárias	13.419,9	15.207,2
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL - ACIMA DA LINHA (3 - 4)	11.584,8	15.993,2

Fonte: Siafi. Elaboração própria.

**APÊNDICE II – NÚMEROS SELECIONADOS DO 1º
QUADRIMESTRE:
PROJEÇÕES X REALIZADO**

	Acumulado Jan-Abr 2025 (R\$ bilhões)		
	Realizado	PLOA 2025	Projeção Conof
Receitas			
Receitas Administradas pela RFB	647.560,5	668.878,3	653.125,1
Imposto sobre a Importação	29.977,6	24.287,1	30.571,2
IPI	28.108,4	28.002,7	29.367,7
Imposto sobre a Renda	314.863,2	308.225,6	314.852,5
IOF	22.760,8	22.399,5	22.780,4
Cofins	123.253,3	130.779,9	128.024,3
PIS/Pasep	35.047,6	38.050,3	36.038,3
CSLL	77.301,3	82.118,7	75.355,6
CIDE - Combustíveis	912,8	1.322,3	897,6
Outras Receitas Administradas pela RFB	15.335,6	33.692,1	15.237,6
Arrecadação Líquida para o RGPS	216.925,3	219.239,8	215.994,1
Despesas			
Benefícios Previdenciários	315.176,0	300.127,5	306.492,0
Abono e Seguro Desemprego	31.140,9	32.129,2	32.278,7
Benefícios de Prestação Continuada	41.456,8	39.716,5	44.068,2

Fontes: PLOA 2025, SIAFI. Elaboração própria.

APÊNDICE III – RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL: PLOA 2025 X PROJEÇÕES CONOF

	R\$ bilhões	
	PLOA 2025	Cenário Conof ¹
1. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	2.907,8	2.881,1
1.1 Receita Administrada pela RFB	1.884,0	1.866,2
1.2 Incentivos Fiscais	-	-
1.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	713,9	694,5
1.4 Receitas Não Administradas pela RFB	310,0	320,4
2. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	558,7	561,0
3. RECEITA LÍQUIDA (1 - 2)	2.349,0	2.320,1
4. DESPESA PRIMÁRIA	2.389,5	2.381,5
4.1 Benefícios Previdenciários	1.007,2	1.029,0
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	413,2	412,7
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	419,8	402,7
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	549,4	537,0
RESULTADO PRIMÁRIO - GOVERNO CENTRAL	-40,4	-61,4

(1) Projeções atualizadas, já considerando os dados preliminares de execução do mês de março/2025.